



DADOS DE ÁFRICA (S)

ISSN: 2675-7699

Vol. 01 | N°. 1 | Ano 2020

Wilton Pedro Serrote

POLÍTICA ECONÔMICA DE ANGOLA: UMA ANÁLISE AS TRANSFORMAÇÕES OBSERVADAS NA ECONOMIA ANGOLANA NO TEMPO DA GUERRA AO TEMPO DA PAZ

ANGOLA'S PEACE PROCESS AS A TURNING POINT FOR NATIONAL RECONCILIATION: PATHWAYS AND PERSPECTIVES

RESUMO: A República de Angola, constituída em 11 de novembro de 1975, é um país que tem passado por diversas transformações como política, econômica, cultural, etc. A presente análise mostra que Angola passou por vários processos de transição política caracterizado o primeiro, por um modelo de economia socialista (economia centralmente planejada) de 1975 a 1987, o segundo marcado por uma economia neoliberal (liberalismo econômico) de 1988 a 2001. E nestes períodos tivemos também os acordos de Alvor (1975), o de Bicesse (1991), as primeiras eleições (1992) e o acordo de paz (2002), este último que caracteriza um papel importantíssimo para a economia angolana, que vai ser regida pelo petróleo.

PALAVRAS-CHAVE: Política econômica; Crescimento Econômico; FMI; Transição Política; Angola.

ABSTRACT: The Republic of Angola, constituted on November 11, 1975, is a country that has undergone several transformations both political and economic. Our analysis shows that Angola underwent several processes of political transition characterized by a model of socialist economy (centrally planned economy) from 1975 to 1987, the second characterized by a neoliberal (economic liberal) economy from 1988 to 2001. And in these (1975), Bicesse (1991), the first elections (1992) and the peace agreement (2002), the latter characterizing a very important role for the Angolan economy, which will be governed by the Petroleum.

KEY WORDS: Economic policy; Economic Growth; IMF; Political Transition; Angola.

Site/Contato

Editores

Cinthia Nolácio de Almeida Maia
cinthianolacio@yahoo.com.br

Rita de Cássia Nascimento dos Santos
rita.tic@gmail.com

POLÍTICA ECONÔMICA DE ANGOLA: UMA ANÁLISE AS TRANSFORMAÇÕES OBSERVADAS NA ECONOMIA ANGOLANA NO TEMPO DA GUERRA AO TEMPO DA PAZ

Wilton Pedro Serrote ¹

INTRODUÇÃO

Durante os seus 43 anos de independência a República de Angola tem passado por várias transformações tanto política quanto econômica. O presente trabalho visa abordar de maneira bem sistemática as transições que o país sofreu, fazendo uma análise diacrônica e sincrônica sobre as políticas econômicas que o país vem implementando até aqui. Tratando-se de Angola é importante perceber que o país fez um progresso econômico e político substancial desde a independência ao fim da guerra civil, em 2002, que iremos abordar aqui como sendo o período da “idade de ouro” da economia angolana. No entanto, o país continua a enfrentar desafios de desenvolvimento enormes, que incluem a redução da dependência do petróleo, a diversificação da economia, a reconstrução das infraestruturas, o aumento da capacidade institucional e a melhoria dos sistemas de governação e de gestão das finanças públicas, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população.

O trabalho está dividido em quatro pontos principais. No primeiro ponto destacamos o sistema político vigente no país, bem como as suas aspirações econômicas para a implementação de uma economia centralmente planejada. O segundo ponto trata da transição político-econômica que o país passou, abandonando o socialismo e aderindo à economia neoliberal. O quarto ponto faz menção ao processo de consolidação da paz e reconciliação nacional, bem como as altas taxas petrolíferas que de maneira espalhafatosa contribuíram para o alavancar da economia nacional. No quarto e último ponto dá-se as considerações finais. Este trabalho justifica-se no intuito de entender as transformações que a economia angolana passou e *entender* as medidas criadas pelo governo com o objetivo de alavancar a economia do país. O trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico de transição da economia angolana. Para isto usamos a pesquisa bibliográfica de análise documental, consultando também programas do governo e outras fontes como artigos, livros, documentos, etc. Desta feita o nosso trabalho será orientado com base em

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representação da África (EAF) pela Universidade do Estado da Bahia-DEDC II). Possui graduação em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. E-mail: wiltonwilquel@gmail.com

uma pergunta. Que ideais têm motivado o Estado angolano no processo de exercício da sua política econômica?

A Independência e o modelo de economia centralmente planejada

A República de Angola é um Estado recém-independente da África que se viu refém durante anos pelo regime colonial português que perdurou até meados da década de 1970. Três foram os movimentos que lutaram para a conquista da independência de Angola: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola, liderado por Agostinho Neto 1922/1979), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola, liderado por Holden Roberto 1923/2007) e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola, liderado por Jonas Savimbi 1934/2002).

Logo após o alcance da sua independência no ano de 1975 proclamados pelos três movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e UNITA) e pelo apoio das Repúblicas socialistas (Cuba e a União Soviética), Angola se declarou um Estado socialista comunista, conhecida então na altura como República Popular de Angola (RPA), regime adotado pelo MPLA partido no poder. Sendo o MPLA o representante máximo do povo angolano no pós-independência, o país foi submetido ao regime socialista, e se organizado para uma economia centralmente planejada. Mas, esta transformação só se dera efetivamente no ano de 1977 no primeiro Congresso do MPLA e, pela ligação que tinha com os países socialistas, isto desde o período da luta colonial. A RPA (República Popular de Angola) viu-se vítima de grandes desastres como consequência da colonização, dentre eles cita-se a instabilidade econômica, os conflitos étnicos regionais, o massacre cometido pelas forças portuguesas, caos, destruição e a consequente guerra civil que se agravou até o ano de 2002.

O MPLA tinha em pauta muitos objetivos como a adoção de leis revolucionárias para dinamizar o caminho político e econômico de uma economia centralmente planejada que segundo Alves (2013), Goulart Filho (2014) e Chimbulo (2014) o partido procurou garantir a integridade territorial, a unificação da nação face às diferenças etnorregionais, e sobre o estatuto de sociedade socialista. Entrou em vigor o processo de privatização e nacionalização das empresas como: SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis, 1976); TAAG (Transportes Aéreos de Angola, 1973); ENDIAMA (Empresa Nacional de Diamantes de Angola, 1981); BNA (Banco Nacional de Angola, 1976); TPA (Televisão Pública de Angola, 1976) entre outras.

A partir daí estava então iniciada aquela que seria a trajetória da nação para uma economia centralizada que de acordo a Goulart Filho e Chimbulo (2014) o país passou a contar também com a cooperação de outros países socialistas. Mas, existia um enclave petrolífero capitalis-

ta na sua economia assim como afirma Menezes (2000), pois ao mesmo tempo em que a sua economia caminhava de maneira centralizada, ela dependia deste região petrolífera (Cabinda) que era fundamental para gerar finanças para Angola, numa época em que fora lançado o processo de reconstrução do país face às sequelas deixadas pelo colonialismo.

Durante esta fase vários programas para dinamizar o crescimento econômico fora lançado, como planos para investimentos em grandes áreas de “construção civil, telecomunicações, transporte e energia” (GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 2). Alves (2011) vai dizer que a política econômica angolana pretendeu esvaziar os fundamentos do capitalismo através da promoção e relações de produção socialista, que considerou a agricultura e a indústria como fatores decisivos para o desenvolvimento, assim como outras áreas, petróleo, energia, pesca, transporte entre outros. A tabela a seguir apresenta os dados do PIB de Angola na fase do socialismo (economia centralmente planejada), veremos os déficits e os crescimentos, e procuraremos entender a causa deste desequilíbrio na economia angolana.

Tabela 1: Dados do PIB de Angola (1975 – 1988)

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB %	PIB <i>per capita</i> (dólares)
1975	3.131	-5,0	459
1976	2.995	-5,2	428
1977	3.276	0,7	456
1978	3.643	-5,3	493
1979	4.044	0,3	532
1980	5.415	2,4	689
1981	5.081	-4,4	625
1982	5.081	0,0	603
1983	5.281	4,2	604
1984	5.615	6,0	621
1985	6.852	3,5	734
1986	6.450	3,2	672
1987	7.420	7,0	754
1988	8.022	5,6	795

Fonte: **United Nations 2011.**

Observando a tabela acima, podemos ver que nos primeiros anos a economia angolana estava à beira da bancarrota, isto porque ainda não se havia arrumado a casa para a implementação do novo sistema e também devido à guerra civil entre (MPLA e a UNITA) que teve a duração de mais de duas décadas. Mas, podemos notar que a partir dos anos 1980 a economia angolana passou a ter um ligeiro crescimento graças às grandes empresas estatais com destaque para as petrolíferas, que contribuíram para o crescimento econômico do país, até que Angola passou a estreitar

tar laços com as instituições do Consenso de Washington, o que desenhou o novo processo de transição que a economia angolana iria enfrentar.

Segundo Goulart Filho (2014) e Chimbulo (2014) o modelo adotado por Angola após a sua independência foi ineficiente, dado que o país carecia de mãos-de-obra qualificadas, o poder de decisão era monopolizado, a guerra civil e a dependência do enclave capitalista, foram fatores condicionantes para o arranque político e econômico do país, e a conseqüente queda do sistema socialista.

A Transição para Economia de mercado

O modelo de economia centralmente planejada já não servia para as aspirações do MPLA, e mesmo ainda sendo um país “socialista”, em 1985 foi apresentado por José Cerqueira no I congresso do MPLA o programa Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) que só fora aprovado em 1988. De acordo a Angola (2017) o SEF foi uma política que se mostrava importante naquela época para dar conta da crise do barril do petróleo como também suprir os *déficits* fiscais impostos pela guerra, e segundo esta mesma fonte o país programou uma série de reformas econômicas, como, mudar a legislação bancária, criar condições para o surgimento de novos bancos, restaurar a dívida externa, liberar as forças do crescimento econômico bem como o investimento a economia privada, como fatores para gerarem lucros ao país.

Cerqueira (2017) vai dizer que o programa (SEF) começou a perder força a partir do momento em que o país se associou ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Porque se de um lado estavam os quadros angolanos a tentar redirecionar o rumo da economia angolana para uma economia de mercado diferenciada da praticada pelo FMI, do outro lado estava o Fundo que pretendia pouco a pouco se infiltrar na economia angolana.

Ficou uma clara orientação da economia de mercado, para o sistema bancário, o sistema de pagamentos e os financiamentos da economia. Essencialmente isso. O FMI com os seus programas criou uma certa dualidade econômica em Angola (CERQUEIRA, 2017, *apud* ANDRÉ, 2017).

O FMI passou então a operar em Angola o que propunha a descentralização da economia bem como a criação de ambiente favorável para a implementação de políticas neoliberais propostas pelo Fundo. Goulart Filho e Chimbulo (2014) vão dizer que vários foram os processos apresentados pelo FMI à Angola para transformação do seu modelo político e econômico, dentre eles: a realização de uma ampla reforma fiscal; a adoção de uma rígida disciplina fiscal; a prática de uma política monetária restritiva visando a contenção da demanda agregada; programa de priva-

tização; desregulamentação plena da economia; investimentos estrangeiro direto, liberalização das taxas de juros entre outros.

Apesar das constantes investidas do Fundo Monetário Internacional, estas medidas não foram todas implementadas categoricamente, mais, o FMI conseguiu se infiltrar no sistema econômico e político angolano fazendo os seus ajustes para uma política neoliberal e incentivando a pacificação, ou seja, que para este projeto dar certo Angola precisava ser um país democrático, longe das influências Socialistas Comunistas.

Com o objetivo de combater a hiperinflação na década de 1990 foram apresentados 12 programas de política econômica num espaço de dez anos, o que corresponde a uma média de 1,2 programas por ano, refletindo o caráter de curto prazo que tinham aqueles programas, expressando assim o grau de instabilidade financeira que vivia o país. Eram planos de cunho neoliberal, visando corrigir desequilíbrios externos e internos. Alguns representavam simplesmente uma austeridade fiscal, e poucos tinham uma considerável abrangência social (GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 6).

O processo de transição da economia angolana deu-se gradativamente, pois apesar do socialismo praticado em Angola, o seu enclave petrolífero sempre foi a parte capitalista da sua economia, já que ela era importante na geração de receita para o Estado angolano, mas devido os problemas que o mundo enfrentará naquela época. O modelo de economia centralmente planejada já não servia para atender as necessidades do país, que com a ajuda das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) o país viu-se na necessidade de transformar a sua economia.

As Instituições do Consenso de Washington

O Consenso de Washington foi uma série de recomendações de políticas econômicas formulada pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com o objetivo de dinamizar a economia dos países em vias de desenvolvimento, ou seja, a implementação de reformas econômicas em áreas como, América Latina e África. As instituições do Consenso de Washington começaram a se instalar em Angola efetivamente a partir dos anos de 1980, momento em que o comunismo era suplantado pelo capitalismo (Guerra Fria) causando uma intensa crise no sistema político-econômico internacional e que de certa forma Angola acabou sendo afetada por estas transformações.

As instituições do Consenso de Washington (FMI, Banco Mundial) vieram em Angola um grande potencial para se investir, dada a sua diversidade de recursos naturais, desta feita o FMI propôs ao Estado angolano uma série de políticas que visará a implementação de programas que promovessem ajustamento macroeconômico na economia angolana. Nesta mesma época “apura-

va-se o preço fiscal do petróleo. Até 50 dólares o barril, por exemplo, todos os recursos eram geridos sob supervisão do FMI” (Cerqueira, 2014 *apud* Angola, 2014). Menezes (2000) vai dizer que esta aproximação de Angola com as Instituições do Consenso de Washington dariam as condições necessárias para que o país trilhasse o caminho de volta à economia de mercado capitalista, bem como ser um país democrático:

Angola viveu, efetivamente, uma “inflexão econômica”, uma mudança de direção, quando o sistema econômico “socialista” então em vigor, nos idos de 1987, passou a caminhar, inexoravelmente, no sentido inverso ao proposto por seus dirigentes desde a “libertação”, em 1975 (MENEZES, 2000, p. 334).

Solival Menezes (2000) vai apontar esta mudança de direção da economia angolana como “inflexão econômica” que segundo o mesmo autor vai se dar de duas formas, a interna e externa. A “inflexão econômica” interna teria como objetivo regularizar o elevado grau de fragilização da economia angolana, causado pela dependência do enclave petrolífero e pela queda dos preços internacionais do petróleo. Já a “inflexão econômica” externa seria a valorização do liberalismo econômico, que propunha políticas de endividamento do país com as Instituições Financeiras Internacionais, que acabaram por enfraquecer o país. Assim como em vários países as políticas econômicas do Consenso de Washington, falharam também em Angola. Elas partiram do “presuposto de que a liberalização dos preços e as privatizações gerariam sociedades com igualdade de oportunidade” (MARKTANNER; WINTERBERG, 2009, p. 1, 2) porém ao invés disso acabou por gerar uma reação controversa como: o aumento das desigualdades; a quebra da renda per capita; déficit das exportações; elevadas taxas de inflação; déficit nas arrecadações fiscais entre outras.

A tabela a seguir apresenta os dados da economia angolana do período de 1989 a 2001.

Tabela 2: Dados sobre o quadro de Angola no período da transição econômica.

Anos	PIB (milhões USD)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (USD)	Saldo da CC (10 ⁶ USD)	Déficit Fiscal (%PIB)	Inflação (%)
1989	8.587	0,4	881,7	-128	-24,4	
1990	8.547	-0,4	852,8	-158	-12,1	
1991	8.797	1,0	847,5	-608	-15,9	275,7
1992	7.989	-5,8	743,2	-837	-26,5	495,8
1993	5.819	-2,4	522,7	-834	-16,6	1837,7
1994	4.292	1,3	372,2	-584	-25,1	971,9
1995	5.365	11,3	423,8	-451	-28,7	3.784,0
1996	6.535	11,7	502,3	-574	-14,5	1.651,3

1997	7.675	5,5	573,7	-978	-17,2	64,0
1998	6.449	0,0	468,5	-2.063	-10,0	134,8
1999	6.087	3,2	429,4	-1.764	-7,8	291,3
2000	8.869	3,1	607,4	637	-1,9	268,4
2001	8.936	3,1	608,0			152,5

Fonte: **GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014.**

O quadro acima mostra as transformações que ocorreram na economia angolana no período de transição econômica, nota-se que nesta fase o crescimento econômico do país fora muito deficitário, com elevadas taxas de inflação, que atingiram níveis não precedentes e a queda constante do PIB para cerca de 25%, que se mostrava cada vez mais negativo, bem como elevadas taxas de déficit fiscal. Não nos podemos esquecer de que as medidas econômicas impostas pelo FMI também contribuíram para a degradação da economia angolana, impondo as suas políticas de ajustamento estrutural. É importante apontar que esta onda de fraco crescimento registrado na economia angolana deve-se a vários fatos, porque durante este período acima referido o país passou por vários processos de transformação que vamos apresentar a seguir.

Em 1991 tivemos o acordo de Bicesse que juntou os líderes do MPLA que representava o governo e a UNITA como representante da maior força de oposição. O acordo serviu para a abertura legislativa democrática e o calar das armas que muito contribui para a deterioração da economia nacional. No ano de 1992 tivemos as primeiras eleições legislativas presidenciais, isso depois de os partidos (MPLA e UNITA) terem cessado as guerras. As eleições terminaram com a vitória do MPLA, quando os líderes da UNITA alegaram uma suposta fraude eleitoral e consequentemente o reatar da guerra civil, só que desta vez com maior intensidade e que, se estendeu até o ano de 2002.

A Economia angolana no período de paz (2002) à atualidade.

Até aqui assistimos àqueles que seriam os períodos de transição política e econômica que o país viveu e, segundo os dados da tabela 1 e 2, mais foram os déficits econômicos, do que ganhos nos dois primeiros processos. A economia angolana entrava então assim para aquilo que seria o “virar da página”. Falamos do período de 2002, que representa um marco histórico para a economia e política de Angola, representada pelo final da guerra civil e a política interventiva do Estado angolano, “visto que o país que acabara de sair da “*década perdida*” iniciou os anos 2000 com uma nova dinâmica na economia [...] abriam-se perspectivas para melhorias e avanços substanciais na economia angolana” (ABRANTES, 2005, p. 7).

Foi neste período (4 de abril 2002) que as tropas do MPLA e da UNITA cessaram as suas diferenças com o acordo de paz que possibilitaria melhorar o ambiente econômico do país “o governo local poderia dar início a uma série de medidas destinadas a recuperar a economia” (ABRANTES, 2005, GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 7). O país tinha muito trabalho pela frente, sabendo das mazelas deixadas pela guerra “*cabia ao Estado por intermédio de intervenção na economia com política econômica intervencionista revitalizar a economia*”. E foi o que aconteceu na medida do possível, do período que vai de 2000 a 2012 (GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 7). Já com uma política econômica diferenciada da praticada pelo FMI, Goulart Filho e Chimbulo vão dizer que a nova política econômica era mediante um plano sólido de desenvolvimento que visava tanto em aspectos econômicos quanto social:

[...] Daí as linhas de futuro do desenvolvimento sustentável de Angola foram assim desenhadas em três documentos fundamentais: a Agenda Nacional de Consenso, de natureza política, promotora de uma visão estratégica comum entre as forças políticas e a sociedade civil; a Estratégia da Redução da Pobreza, de natureza governativa, visando o relançamento econômico-social e a redução dos índices de carência, e de vulnerabilidade alimentar das populações; a Estratégia de Desenvolvimento a longo prazo para Angola (2025) de natureza governativa, com planos de ação e programas de referente a infraestruturas básica e social, desenvolvimento dos setores produtivos e setores também financeiros” (KARIM, 2005, p. 7, 8).

Estes programas de curto médio e longo prazo tiveram um papel importante na nova visão da política econômica do Estado angolano que teve de intervir para incentivar o crescimento econômico. O governo tinha bem clara a intenção de uma participação direta no novo rumo que a sua economia teria. “A partir deste momento foram aplicadas políticas fiscais e monetárias expansionistas na economia angolana” (CEIC, 2009, apud GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 8). A paz foi um marco no novo rumo que o país estava a tomar, houve uma recuperação naquilo que era o seu PIB, apresentando altas taxas de recuperação face aos períodos passados (1975 – 2000) bem como, bons índices fiscais.

Com a conquista da paz em Angola, em 2002, o Governo Angolano definiu uma estratégia de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo com objetivo de normalizar a vida social, consolidar a Paz, a reconciliação nacional e lançar as bases do desenvolvimento económico e social sustentado (BESSA, 2013).

Estavam assim então lançados os desafios da nova Angola como programas que visam a redução da pobreza (ERP), e programas que incentivassem o desenvolvimento (ED). Querendo se abrir para o mundo, o governo foi à busca de investimento externo “tendo encontrado sucesso numa parceria com a China, com linhas de crédito que totalizaram 5 bilhões de dólares até 2008”

(GOULART FILHO; CHIMBULO, 2014, p. 8) bem como, a parceria com alguns bancos estrangeiros. Por meio da criação de um ambiente de negócio favorável, taxas de inflação baixa e valorização da moeda nacional (Kwanza) tudo corria bem para o governo angolano. “Entre 2004 e 2008, a economia angolana registou um crescimento médio de 17% ao ano, suportado pelo aumento da produção de petróleo. Mas a crise internacional e a acentuada descida das receitas petrolíferas reduziram as taxas de crescimento para valores entre 2,4% e 3,4% entre 2009 e 2011” (NEGÓCIOS, 2012).

A economia angolana foi uma das que mais cresceu no mundo de 2003 a 2008, tornando Angola o segundo maior produtor de petróleo do continente africano, com crescimentos anuais em mais de 10% e uma estabilização das taxas de inflação, tornando o país atrativo para o investimento estrangeiro. O quadro a seguir mostra claramente o “período de ouro” da economia angolana, com grandes níveis de aproveitamento.

Tabela 3: Dados econômicos de Angola no seu período de paz (2002 – 2012).

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (dólares)	Inflação (%)	Desemprego (%)	Investimentos Públicos (taxas de crescimento)
2002	11.204	15,3	685	105,59	44,3	-
2003	13.956	3,3	848	76,56	42,3	37,6
2004	19.800	11,2	1.157	31,1	40,3	-8,5
2005	30.632	20,6	1.728	18,53	34,5	44,0
2006	45.168	18,3	2.489	12,21	32,3	250,9
2007	59.263	23,3	3.078	11,79	25,3	27,6
2008	77.280	13,8	4.206	13,17	23,9	71,1
2009	71.743	2,4	3.879	13,99	21,8	-21,1
2010	82.400	3,5	4.461	14,50	25,3	-14,8
2011	104.300	3,9	5.359	11,4	25,6	13,1
2012	112.700	5,2	5.732	9,0	23,0	12,4

Fonte: **Goulart Filho; Chimbulo, 2014.**

O quadro acima mostra claramente uma recuperação da economia face às tabelas passadas, com o PIB a atingir níveis significativamente altos, do mesmo modo que a taxa de crescimento. A taxa de inflação também apresenta números muito bons, tal qual, a de desemprego e investimento externo. A economia do país estava tão boa que segundo Goulart Filho e Chimbulo (2014) foi possível pagar a dívida que Angola tinha com o FMI, contraindo assim um fato histórico na economia angolana e africana. Sendo o primeiro país africano a conseguir tal feito, estavam então abertos o caminho rumo a um desenvolvimento autônomo, sem a ingerência do Fundo, que nada fez a não ser deteriorar a situação econômica do país:

[...] Um programa monitorado pelo Fundo não ajudará Angola a preservar a estabilidade econômica e social alcançada até aqui, [...] recebemos assistência técnica e aconselhamento técnico; não precisamos de receber o dinheiro do FMI. [...] não estamos contra aqueles que têm de calibrar a sua política com as da comunidade internacional porque é do seu interesse, [...] encontramos e podemos conceber e implementar as nossas próprias políticas e isto é do nosso interesse e do nosso povo (MACAUHUB, 2007 apud GOULART FILHO, CHIMBULO, 2014, p. 12).

A Dependência do Petróleo e a Crise Internacional (2008 – 2009)

É importante mencionar que a produção petrolífera foi fator determinante para o “período de ouro” da economia angolana, contribuindo com mais de 80% para o PIB nacional.

A produção do petróleo e as atividades que a suportam contribuem em 85% para o PIB. A exportação de diamantes contribui em 5%. Angola tornou-se membro do OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em finais de 2006 e é-lhe hoje atribuída uma quota de 1,65 milhões de barris por dia (Jornal de Negócios, 2012).

A economia angolana desde cedo foi dependente das exportações petrolíferas, mesmo no período do socialismo angolano, o enclave petrolífero/região petrolífera tinha o cunho capitalista, “suas reservas petrolíferas se encontravam nas mãos de grandes companhias capitalistas” (Menezes, 2000, p. 203). De acordo a Rocha (2016) a economia angolana foi durante muito tempo dependente do petróleo que contribuiu com mais de 58% do PIB nacional e que no seu tempo de auge pouco ou quase nada se fez para dinamizar o crescimento de outras áreas como, agricultura; indústria transformadora; energia; águas; construção; comércio; etc. Estas áreas e outras tiveram pouca atenção do Estado angolano.

O ano de 2008 e 2009 vai ser marcado por uma intensa crise internacional, afetando a economia angolana, que vinha de um longo período de conforto, não só Angola como também “algumas economias desenvolvidas e emergentes entraram em recessão durante 2009” (CEIC, 2008, p. 10). A partir do final de 2008 a 2009 altura em que se os preços do petróleo no mercado internacional caem, a economia angolana também cai, causando um grande desajuste na economia nacional. “*As ocorrências financeiras e econômicas internacionais influenciaram-nos, sendo de destacar a subida da taxa de inflação, a diminuição do saldo da conta corrente com o exterior, subida do déficit fiscal*” (CEIC, 2008, p.14). Sendo um país com a economia assente no petróleo, estava claro que Angola sentiria os efeitos desta crise mundial, afetando diretamente no seu PIB que caiu para “2,4 em 2009 e 3,4 em 2010. [...] Numa altura em que as receitas do Estado caíram, os projetos de construção previstos para o país pararam” (Jornal de Negócios, 2012).

Tabela 4 – Evolução do preço do petróleo

Anos	Valores em (usd)
2000	20.00
2001	30.00
2002	40.00
2003	50.00
2004	60.00
2005	70.00
2006	80.00
2007	90.00
2008	100.00
2009	60.80

Fonte: Elaboração própria com os dados retirados no CEIC, 2008.

A tabela acima mostra a clara evolução dos preços do petróleo no mercado internacional, que com a recessão que a economia mundial passou diminuiu os índices de crescimento da economia angolana, “em novembro de 2009, o governo angolano assinou com o FMI (Fundo Monetário Internacional) um empréstimo de 1,4 mil milhões de dólares (1,12 mil milhões de euros) para reservas internacionais” (Negócios, 2012?). A economia angolana apresentou grandes problemas como, as altas taxas de inflação, os elevados índices de déficit fiscal, a escassez cambial e a desvalorização da moeda nacional. O país estagnou, pois não soube controlar o desequilíbrio que o mundo experimentava. Mergulhou-se em uma profunda crise que se acentua até aos dias de hoje, sem precedentes de recuperação, visto que o Estado angolano se voltou novamente em parcerias de empréstimo com o FMI. Apesar de Angola ter atingido taxas elevadas de crescimento econômico, o índice de pobreza ainda era muito elevado, quanto mais o país crescia, consigo também cresciam os índices de desigualdade social e má distribuição das riquezas. O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2012) apresenta alguns desafios para o governo dizendo que: A questão social é o grande desafio que Angola tem que vencer; a equação contraditória entre sermos um país efetivamente rico e termos um povo pobre, tem que ser resolvida a favor dos angolanos.

Considerações Finais

Desde os seus 43 anos de independência a economia angolana passou por muitos altos e baixos, a partir de 1975 quando o país ia se constituindo como uma República socialista ela passou por muitos momentos de oscilação, sendo que o modelo de economia centralmente planejada não conseguia responder às expectativas do país, houve então à necessidade da transição para a

economia neoliberal, orientada pelo FMI, que acabou sendo menos eficiente do que no período da economia concebida detalhadamente, visto que o país não possuía requisitos para implementação das reformas econômicas propostas pelo Fundo. A partir de 2002, período em que o Estado angolano opta por uma política econômica emancipatória, que vimos uma recuperação tremenda nos cofres econômicos do país.

Arriscamo-nos aqui a dizer, que este crescimento acaba sendo um tanto quanto paradoxal, porque a partir do momento em que as contas do país se elevaram o nível de vida da população se degradara, pois, este crescimento não se fazia sentir na vida da população angolana. E mais, sendo que nos anos 1980 a economia mundial já havia sido afetada pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, o mesmo acontece nos dias de hoje, o que consideramos ser uma displicência por parte do governo angolano, que se descuidou quando os preços do petróleo estavam em alta, e não elaborou um processo de diversificação da economia que acompanhasse as transformações mundiais e reais do país. Cita-se também o alto nível de corrupção no aparelho do Estado angolano como fatores condicionantes para o não crescimento do país. Vários foram os motivos que contribuíram para a degradação da economia angolana, dentre eles a parceria com o FMI que nada faz a não ser situar os países ainda mais em uma crise econômica profunda, como a que tem vivido nos dias atuais, graças às ingerências dessa instituição financeira internacional no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, José Mena. **A paz em Angola: Novos desafios**. Luanda: Edições Maianga, 2005.
- ALVES, Carlos Alberto de Jesus. **Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo**. Coimbra: Faculdade de Letras, 2013.
- GOULART FILHO, Alcides; CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva. **Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: A trajetória da mudança de modelos**. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014.
- KARIM, Osmar da Silva. **As etapas históricas e o potencial da economia angolana**. In: ABRANTES, José Mena. **Angola em paz: Novos desafios**. Luanda: Edições Maianga, 2005.
- MARKTANNER, Marcus; WINTERBERG, Jorg. M. **Consenso de Washington X Economia Social de Mercado: O papel do Estado no Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2009.
- MENEZES, Solival. **Mama Angola, sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

ROCHA, José Manuel Alves da, **As Perspectiva do Crescimento de Angola até 2020**. Luanda: Centro de Estudo e Investigação Científica, 2014.

ROCHA, José Manuel Alves da. **Estudos Sobre a Diversificação da Economia**. Luanda: UAN, 2016.

DOCUMENTOS:

Angolana: Luanda: Centro de estudo e investigação científica. Universidade Católica, 2016.

ANDRÉ, Nsingui. **Jornal de Angola**. Os debates sobre as estratégias de desenvolvimento. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/os_debates_sobre_as_estrategias_de_desenvolvimento. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

BESSA, Cândido. **Jornal de Angola**. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/entrevista/sef_marcou_a_viragem_economica_em_angola. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

CEIC, Centro de Estudos e Investigação Científica. **Relatório Económico de Angola 2008**. Luanda: Universidade Católica.

CEIC, Centro de Estudos e Investigação Científica. **Relatório Social de Angola 2012**. Luanda: Universidade Católica.

IMF, Internacional Monetary Found. Disponível em: www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2016/12/30/Angola-Recent-Economic-Developments-627. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

Retratos da Economia angolana. **Jornal de Negócios**. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/retrato_da_economia_angolana. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Statistical databases**: National accounts main aggregates, 2011. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp>. Acesso em 30 jun. 2018.

Recebido em: 05/02/2020

Aprovado em: 09/04/2020